

PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO: PRESUPOSTOS E LIMITES

Anita Helena Schlesener *

Não existe uma “realidade” em si e por si, mas apenas em relação histórica com os homens que a modificam...(GRAMSCI, 1975)

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre alguns princípios básicos para a pesquisa em Pós-Graduação na área de Educação.¹ Entre os pressupostos que sustentam esse trabalho, salienta-se a compreensão da dimensão política, a relação entre teoria e prática, bem como as noções de educação e de pesquisa, na compreensão de que todo trabalho se insere no contexto histórico e social e traz consigo as marcas dessa condição.

O referimento à dimensão política da educação e da pesquisa exige esclarecer inicialmente qual o sentido que se atribui à política a saber: supera-se o significado restrito de política enquanto atividade executiva ou parlamentar, que envolve interesses imediatos e disputas cotidianas refletidas nas políticas públicas, para entendê-la como o conjunto das relações de força nas várias formas que se instauram a partir da divisão da sociedade em classes e dos conflitos gerados por antagonismos resultantes dessa condição social, bem como toda ação é política à medida que pressupõe a divisão social e a necessidade de enfrentar os paradoxos que permeiam a ação em tais circunstâncias. Na sociedade cindida, nenhuma ação é totalmente pura, completamente isenta: há sempre algo que nos insere ou nos isola, algo que foge ao nosso controle e nos faz culpados e

* Professor Adjunto do PPG-Ed – Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. Professora (aposentada) da Universidade Federal do Paraná. anita.helena@libero.it

¹ Esse trabalho decorre da pesquisa em desenvolvimento na LP “políticas públicas e gestão da educação do PPGed - Mestrado em Educação da UTP, intitulada: Política e educação em Gramsci.

inocentes sem o sabermos. Conforme o referencial gramsciano, qualquer ação política implica a resposta para a seguinte questão: se a sociedade se está dividida e este é um fato histórico, "se quer que existam sempre governados e governantes ou se deseja criar as condições em que a necessidade da existência dessa divisão desapareça?"²

Essa pergunta, que parte do reconhecimento da estrutura social e política, implica explicitar nosso posicionamento político e determina tanto a ação educativa quanto a produção de conhecimento sobre educação. A existência de governantes e governados é um fato primordial da ação política, mas a superação da divisão entre governantes e governados jamais será colocada no âmbito da democracia burguesa porque se entende que qualquer cidadão tem formalmente o direito de candidatar-se a dirigente. Na prática liberal e neoliberal, todos são formalmente iguais para fins de representação política e a desigualdade econômica não é um pressuposto porque o econômico é pensado separadamente do político. Tal situação se concretiza na política cotidiana com a eleição dos que possuem sustentação econômica para a sua campanha política, isto é, os que representam grupos econômicos. A separação entre a instância de representação política e a realidade econômica oculta o fato que a desigualdade econômica torna a luta política e a participação efetiva desigual. Na verdade, todas as relações políticas e os processos de construção das relações internacionais são influenciados pelas relações econômicas, que delineiam novas configurações políticas.

A base do sistema representativo moderno está na formação da opinião pública no seio da sociedade civil. É neste âmbito que se pode obter uma aproximação da igualdade política por meio da formação de uma consciência crítica a ser alcançada no processo de organização política. A acentuada desigualdade social gera a concentração de poder econômico que pode determinar o processo

² GRAMSCI, Antonio. Quaderni del Carcere. Torino ; Einaudi, 1977, Q. 15 (II), par. 4, p. 1752.

de decisão agindo no âmbito da formação de opinião na sociedade civil, tanto que os grupos dominantes se empenham em controlar os meios de comunicação, instrumentos privilegiados de divulgação e persuasão.

A homogeneização da economia e do crescimento das possibilidades de acesso à informação ocorrido a partir da década de 70, ao contrário do que se esperava, acentuou as desigualdades sociais historicamente instituídas e, à medida que a tecnologia implementa e redefine a economia, grandes parcelas de populações de várias áreas geográficas são lançadas na mais extrema miséria. A questão social se agrava com as alterações nos regimes de trabalho, com a implantação do regime precário e com a flexibilidade do trabalho, que requer novas habilidades e uma permanente qualificação, que, a cada ano, exclui do sistema produtivo grande número de trabalhadores relegados à informalidade ou à marginalidade. Tal situação fragiliza os regimes representativos e a participação efetiva dos indivíduos no processo político.

Outro conceito a ser esclarecido é o de educação, usualmente utilizado para salientar a atividade desenvolvida no sistema escolar. Parte-se, aqui, de um conceito ampliado de educação, fundado na noção ampliada de política, isto é, na sociedade capitalista a educação apresenta-se como um processo pelo qual o indivíduo adapta-se às necessidades e exigências do modo de produção e é formado para desempenhar funções na hierarquia que separa dirigentes de dirigidos; educar é formar para a vida em sociedade, é realizar uma idéia de civilização, trabalho que cabe ao Estado como um todo e se concentra na sociedade civil, da qual a escola é uma das instituições que atuam no sentido de gerar e consolidar uma determinada forma de convivência social e de relações individuais.³

Educar-se significa, no fundo, reconhecer-se como “a síntese das relações existentes e da história dessas relações”, ou seja, significa interagir com os outros, conhecer o conjunto de relações das quais se faz parte tanto em um dado momento histórico quanto em

seu movimento de formação e transformação.⁴ Nesse significado mais abrangente, a educação é permeada pela política de tal modo que as relações de hegemonia são entendidas como relações pedagógicas.⁵ O acento é colocado não na pedagogia, mas na política, o que implica a compreensão do conjunto de relações econômicas, sociais, políticas e culturais nas quais se insere a educação.

A pergunta sobre a Educação e a pesquisa em Mestrados de Educação é a pergunta sobre o sistema escolar, e se este tem condições de proporcionar o tipo de conhecimento necessário para a adaptação do indivíduo à estrutura social da qual este faz parte. Para uma resposta positiva, seria necessário que a educação escolar fosse entendida como um desdobramento de teorias e práticas políticas em confronto e não como uma simples teoria pedagógica dedicada a emancipar o indivíduo ou prepará-lo para a cidadania. A compreensão da educação em seu sentido amplo implica entender a função da escola no contexto da organização econômica, social e cultural de um determinado país em um determinado momento histórico, bem como a sua atuação na formação das concepções de mundo que orientam a vida dessa sociedade.

2. AS ESPECIFICIDADES DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

À medida que os conhecimentos correspondem às condições e necessidades postas por uma determinada estrutura econômica e social, bem como de sua formação política e cultural, pode-se compreender a importância da pesquisa em pós-graduação, principalmente nos cursos de Educação. As representações específicas dessa área se constroem da absorção de conhecimentos de áreas afins como psicologia, sociologia, filosofia, história, ciência política e demais conhecimentos das ciências humanas, para a compreensão de uma prática educacional que se encontra em permanente proces-

³ Idem, Q. 13, & 11, p. 1570.

⁴ Idem, Q. 10, p. 1343.

⁵ Idem, Q. 10, p. 1331.

so de mudança, conforme as determinações de políticas públicas que respondem a projetos políticos muitas vezes não bem explicitados.

Todo o sistema educativo de um país, principalmente no momento em que se percebe o quanto é decisiva a formação escolar para o desenvolvimento econômico, sustenta-se na pesquisa e na formação de professores que tenham uma preparação multidisciplinar. Esta necessidade confronta-se com uma prática que, por um lado, pretende dar aos pedagogos uma formação geral que os torne capazes de gerir autonomamente a sala de aula dominando e aplicando diversos conteúdos; por outro lado, afunila os cursos de pós-graduação, que se encaminham para a formação específica.

Cabe ainda precisar que os Mestrados em educação atendem uma clientela que provém de outras áreas de formação, fator que é positivo para a própria pesquisa. Esta, por sua vez, não deve ser incentivada como uma prática reflexiva individual, mas como um processo de formação coletiva, no qual a diversidade de formações académicas atua como um ingrediente importante, embora gere problemas no contexto da investigação.

Entre as dificuldades que são geradas por tais condições de trabalho salientamos: a) a inserção dos alunos no processo de pesquisa em andamento, problema gerado não tanto pela diversidade de formação e de abordagem por parte dos mestrados, mas pela falta de uma preparação para a investigação já nos cursos de graduação; b) a exigüidade do tempo de Mestrado para a execução de um trabalho que se apresente como uma efetiva contribuição para as discussões na área; c) a dificuldade que os mestrados encontram em identificar os pressupostos teórico-metodológicos que precisam orientar sua dissertação, visto que a concepção positivista de que os procedimentos científicos são neutros faz parte do universo de grande parte desses alunos; d) a compreensão de que a escola é o centro da educação ao qual cabe resolver problemas das mais variadas origens; e) a necessidade de dominar um conteúdo complexo para dar embasamento teórico à pesquisa gera, em alguns casos,

uma abordagem superficial e, em outros, uma perspectiva dogmática de aceitação pura e simples de conceitos sem a devida crítica; f) a dificuldade em compreender as diferenças de abordagem de uma mesma teoria, o que leva a contrapor opiniões divergentes como se fossem uma oposição entre verdadeiro e falso; g) o recurso a duas vertentes epistemológicas diferentes e, por vezes, inconciliáveis, resultado de uma apropriação superficial de teorias; h) enfim, a dificuldade em "traduzir" teoricamente elementos retirados da prática cotidiana sem perder a dimensão histórica desse cotidiano.

Das dificuldades acima, as duas primeiras exigiriam uma reformulação dos cursos de graduação e pós-graduação para serem resolvidas: é necessário partir da formação de um hábito de leitura e de aprofundamento da pesquisa já nos cursos de graduação, prática que não deve ser apenas das "iniciações científicas", mas comum a todos os alunos; tal prática implica a compreensão da pesquisa como um exercício de longo prazo, que não pode ser iniciado e terminado em dois anos, que é o tempo exíguo do Mestrado.

Das demais dificuldades, concentramo-nos na questão metodológica para entender a extensão dos problemas afrontados: a crença de que um método pode ser neutro e servir para as mais variadas abordagens fez parte do universo das ciências humanas em geral, até meados do século XX. Ainda, hoje, faz parte da formação de muitos dos alunos nos cursos de graduação.

No âmbito da pesquisa em geral a neutralidade metodológica era acompanhada da crença na neutralidade do pesquisador, perdendo-se completamente a dimensão política de todo trabalho de investigação científica. Na raiz dessa concepção, tem-se uma determinada noção de experiência unificada para todas as abordagens, como se todos os objetos pudessem ser observados e medidos de modo igual. Daí deriva certa noção de objetividade do conhecimento, que deixa de lado a necessidade de explicitar a natureza das relações entre sujeito e objeto. Tal questão foi motivo de debates que envolveram intelectuais de diversas tendências teóricas, no sentido

de demonstrar que a tarefa da ciência é, a partir da experiência, depurar as sensações e identificar os elementos comuns entre os homens, o que pode ser observado por todos se forem usadas as mesmas condições técnicas de observação.

Em qualquer área de investigação, o conhecimento científico pressupõe o estar no mundo, a relação permanente sujeito-objeto que sustenta a elaboração do saber, num processo pelo qual se aperfeiçoam os instrumentos de pesquisa e se revê a perspectiva metodológica. No âmbito da educação ou das ciências humanas, a questão se complica à medida que o objeto de conhecimento é o próprio sujeito em determinadas circunstâncias sociais e históricas. Os critérios metodológicos e a revisão de literatura são os pontos de partida da investigação, para estabelecer as relações entre as particularidades que geraram o problema e o conjunto de teorias já elaboradas a respeito, a fim de efetuar uma nova leitura que contribua para a compreensão do processo educativo. A pesquisa insere-se, assim, num contexto histórico no qual problemas e soluções interagem e permitem elaborar novas interpretações gerando novas práticas.

Traduzir em linguagem teórica elementos da prática, como os dados recolhidos em pesquisa de campo, exige um cuidado especial porque, como acentua Gramsci, quando tratamos de atos individuais ou de grupos "há sempre o risco de cair no arbítrio: os indivíduos e também os grupos não atuam sempre 'logicamente', 'coerentemente' ", embora seja útil partir da premissa de que assim o façam.⁶ Tais dados revelam visões de mundo, emoções do momento, elementos da vida cotidiana que precisam ser depurados. Trata-se de entender que, em ciências humanas, as condições da experiência são múltiplas e específicas.

A noção de experiência assume significados diversos de acordo com os vários campos do saber tomados em suas especificidades e na interação entre conhecimento e ação. Ou seja, trata-se de um

⁶ GRAMSCI, Antonio. Q. 14, p. 1687.

conceito de difícil compreensão porque envolve em si o problema do conhecimento nas diversas abordagens que este recebeu na história da filosofia. No âmbito do pensamento moderno, o problema gnosiológico da experiência partiu precisamente da distinção entre mundo exterior e subjetividade já presente em Guilherme de Ockham com desdobramentos tanto nas abordagens empiristas quanto nos racionalismos e culminando na solução kantiana de busca das condições de possibilidade da experiência; o projeto crítico kantiano, que pretendia inicialmente delimitar a extensão do conhecimento sensível, engendra-se como uma ciência dos limites da razão, que redefine também a sensibilidade. Outras sendas se abrem a partir de Kant e uma mudança radical da noção de experiência é vislumbrada na reflexão sobre a linguagem. Nos séculos seguintes, aprofunda-se a reflexão sobre a essência da linguagem, ao lado de outras vertentes que assinalam a unidade entre teoria e prática na compreensão do conhecimento como um processo de interação do homem com o ambiente tendo como mediação a história.

Esta é, por exemplo, a perspectiva de Horkheimer, que retira da análise histórica e da atividade humana os elementos para a definição de experiência na sociedade moderna: "Os homens renovam com seu próprio trabalho uma realidade que os escraviza em medida crescente e os ameaça com todo tipo de miséria. A consciência dessa oposição não provém da fantasia, mas da experiência". É no processo histórico que os homens chegam à compreensão de suas ações e entendem as contradições que fazem parte de sua existência.⁷

Nas ciências humanas, o processo de conhecimento implica identificar o conjunto teórico do qual se parte e a questão epistemológica que tal posicionamento envolve visto que os pressupostos teóricos trazem implícita a questão do método; conhecer é apreender o mundo em seu movimento e em suas contradições, num contínuo processo de decifração das práticas sociais. A pesquisa em educação

⁷ HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional, Teoria Crítica. São Paulo : Abril Cultural, 1975, p. 142.

é a tentativa de expressar, a cada momento, aspectos da formação do homem no movimento de uma sociedade em transformação. A questão de método se explicita na reflexão centralizada na prática política, na análise de conjuntura, na compreensão do conjunto de relações no qual cada ação se insere.

3. CONCLUSÃO

Discutir a natureza de cada objeto a ser tratado, e a dimensão política dos métodos de abordagem, isto é, assumir a dimensão crítica do trabalho de pesquisa é essencial para a compreensão dos problemas de educação. E, principalmente, aprofundar os pressupostos teóricos e críticos, porque dizer que nenhum método é neutro não significa dizer que tudo é relativo e depende da opinião de cada um, o que significaria negar as próprias condições de possibilidade de elaboração da pesquisa. Significa afirmar que as mudanças educacionais urgentes em nosso país exigem uma dedicação séria e contínua à pesquisa, tanto por parte das instituições públicas responsáveis por políticas de financiamento quanto por parte dos pesquisadores em educação, no sentido de dar sustentação teórica ao trabalho dos mestrandos; trata-se de depurar uma dada perspectiva teórica tanto do ponto de vista conceitual quanto histórico, porque é o aprofundamento teórico que dá consistência metodológica e qualidade às pesquisas.

Cabe salientar, ainda, que, embora a reflexão se realize para a compreensão das práticas educacionais, a pesquisa não pode ser determinada por necessidades imediatas, que exigem a permanente redefinição dos objetos de pesquisa: se a questão política atual é gerar as condições para o desenvolvimento de um ensino básico de qualidade, não significa que as pesquisas em pós-graduação tenham que se direcionar necessariamente a essa área, até porque toda pesquisa exige fôlego e se produz dentro de um tempo que, muitas vezes, não corresponde ao da prática imediata.

Para responder aos problemas imediatos, é necessário entender o conjunto estrutural do qual tais problemas fazem parte, implicando um debate sobre as opções políticas, os embates e os conflitos que embasam as relações de poder que orientam as medidas imediatas. A atitude crítica implica abordar os problemas a partir do contexto no qual se inserem, o que permite entender a quem servem determinadas medidas: Como acentua Susan Buck-Morss, “o poder distorce a visão dos céus, impondo seus pesados telescópios sobre certas áreas”, ampliando sua importância e obstruindo ou obscurecendo outras. “Tal poder não é apenas imposto pelo Estado”, mas se aloja na estrutura do próprio trabalho intelectual.⁸ Saber identificar preconceitos, simplificações e dogmatismos e superar os limites impostos pelo sistema tradicional de interpretação, isto é, modificar a visão dos céus é um dos desafios que se colocam ao pesquisador em qualquer área de atuação.

Efetuar uma pesquisa científica implica entender a dialética da história e do pensamento e fazer a crítica tanto ao sistema de produção capitalista (na sua apropriação do saber para consolidar e ampliar seus meios de exploração do trabalho) quanto ao senso comum, para gerar as condições de um novo pensamento crítico. Numa estrutura fundada na desigualdade social, a educação realiza-se de acordo com a inserção de cada um na hierarquia social e o sistema de ensino propõe-se cumprir a tarefa de formar para as necessidades postas pela realidade econômica e social. Cabe ao pesquisador em educação explicitar esta realidade, compreendendo os processos educacionais no contexto ao qual sua estrutura se integra, fato que continua sendo um grande desafio.

⁸ BUCK-MORSS, S. Walter Benjamin: entre moda acadêmica e avant-garde. In: Crítica Marxista. São Paulo : Boitempo, junho de 2000, n. 10, p. 51.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUCK-MORSS, S. Walter Benjamin: entre moda acadêmica e avant-garde. In: **Crítica Marxista**. São Paulo: Boitempo, junho de 2000, n. 10.

GATTI, Bernadete A. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Ed. Plano, 2002.

_____. Pesquisa, educação e pós-modernidade: confrontos e dilemas. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, São Paulo: set-dez. 2005 (Sistema Scielo).

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Torino; Einaudi, 1977.

HORKHEIMER, Max. *Teoria Tradicional, Teoria Crítica*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

LOPES, Alice Casimiro. *Relação macro-micro na pesquisa em currículo*. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, São Paulo : set-dez. 2006 (Sistema Scielo).

LÜDKE, Menga e CRUZ, Giseli Barreto da. Aproximando Universidade e escola de educação básica pela pesquisa. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 125, São Paulo: maio-agosto 2005 (Sistema Scielo).

SEVERINO, Antonio Joaquim. A avaliação no PNPGE 2005-2010 e a política de pós-graduação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.) *Políticas Públicas e Gestão da Educação: polêmicas, fundamentos e análises*. Brasília: Líber Livro, 2006, p. 51-74.

Recebido em 20/3/2007

Aceito em 20/4/2007